

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	-1. FEV. 1980
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

Alguns dados para a história do "Diário da República"

● Governo Pintasilgo foi o que mais legislou

O «Diário da República», sem publicar anúncios de cinema, com leitura muitas vezes enfadonha e aspecto gráfico pobre, é, no entanto, um jornal que se vende aos milhares para leitores certos — escreve hoje a ANOP.

Alguns, porém, só o consultam quando têm um pboelma a resolver, pois as páginas deste jornal têm força de lei e o que nele se escreve é para ser cumprido por todos.

Na sua «edição de honra», a 1.ª Série, com uma tiragem diária de 16 mil exemplares, «escrevem» apenas os hierarcas do Estado e dos poderes legislativo, executivo e judicial, Presidente da República, Conselho da Revolução, Assembleia da República, Conselho de Ministros e Supremo Tribunal de Justiça.

O «Diário da República», juntamente com o «Diário das Sessões» da Assembleia da República, ocupa 65 por cento da capacidade produtiva da Imprensa Nacional (EP) e tem causado, nos momentos mais quentes da vida política portuguesa, algumas «dores de cabeça» e insónias aos que o fazem, segundo os seus responsáveis.

O boletim oficial ainda se encontra a braços, por exemplo, com a legislação do Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo, cuja produção legislativa foi superior à de outros Governos com mais dias de vigência.

Nota: Foto 1 de Fevereiro de 1980



Lourdes Pintasilgo: o maior volume de legislação de todos os Governos

Entre 15 de Dezembro e os primeiros dias de Janeiro, a Imprensa Nacional recebeu, para publicação, 588 diplomas daquele Executivo.

«Temos problemas de instalações, que vamos remendando, e somos obrigados a ritmo intenso de trabalho», referiu o director de produção da Imprensa Nacional, Guilhermino Pires.

No entanto, acrescentou, pelos contactos com o actual Governo, pensa que este «não irá fazer uma política de legislar em abundância, preferindo alterar ou concretizar legislação anterior, o que corresponderá a um desanuviamento do serviço».

Outro funcionário, responsável pela execução do jornal, lembra-se dos assuntos que suscitaram mais dificuldade, pela urgência, pela minúcia ou complexidade dos textos: o mapa das pontuações das reservas abrangidas pela zona de intervenção da Reforma Agrária, as listas de alguns «cabazes de compras» e alguns programas de Ensino.

Com a média anual de 40 a 50 mil páginas e uma tiragem que, no ano de 1979, atingiu quase os 89 milhões de exemplares, o custo do «Diário da República» é sobretudo compensado pela sua Terceira Série, onde os textos são pagos à linha, já que a primeira série é deficitária.

É também a Terceira Série a que maior número de reclamações suscita do público.

Os serviços da Imprensa Nacional reconhece que para aumentar a capacidade de resposta da edição haverá que fazer investimentos em equipamento.

No fim de 1979 encontravam-se por imprimir na Terceira Série mais de mil relatórios de empresas.

Outras reclamações não têm razão de ser já que esquecem em que entre a aprovação de uma lei na Assembleia ou o seu anúncio no final de uma reunião de Conselho de Ministros, e a homologação decorre um compasso de espera que não depende do jornal.

Aumentos de pensões de reforma ou regulamentações sobre diuturnidades, por exemplos são motivos característicos de protestos recebidos no jornal, muitas vezes vinte e quatro horas após a Imprensa ter anunciado a sua iminente entrada em vigor.

O jornal oficial tem mudado de nome com os tempos. «Diário da República» desde 1976, tinha antes como título «Diário do Governo», mas começou por se chamar «Gazeta de Lisboa», nome usado entre 1778 e 1820, numa altura em que ainda se não publicava diariamente.

De 1820 a 1821 teve o efémero título de «Diário do Governo», designação que veio a ser por diversas vezes usada.

Nos três anos seguintes mudou de título outras tantas vezes: foi «Diário da Regência», «Diário do Governo» e «Gazeta de Lisboa», nome que durou até 1833.

«Crónica Constitucional de Lisboa» e «Gazeta Oficial do Governo» foram outros títulos usados.

Fundação Cuidar o Futuro

